



MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2025/2029

Ata da Assembleia Municipal de 24 de abril de 2026

Ata da Assembleia Municipal de 24 de abril de 2026

----- Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Auditório do Centro de Animação Turística da Vila do Gerês, realizou-se a segunda sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e seis da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do n.º 2, do art.º 25, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;-----**
- 2. Análise e votação de Proposta de criação do Conselho Municipal da Educação de Terras de Bouro para o quadriénio 2026/2029; -----**
- 3. Análise e votação do contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências de Autoridades de Transportes entre a CIM do Cávado e o Município de Terras de Bouro;-----**
- 4. Análise e conhecimento do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição 2025;-----**
- 5. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e vinte e cinco que apresentam os seguintes factos mais relevantes:-----**
 - **Total do Ativo: € 47.584.412,31;-----**
 - **Total do Património Líquido: € 39.350.369,23;-----**
 - **Total do Passivo: € 8.234.043,08;-----**
 - **Total de Rendimentos: € 16.209.478,93;-----**
 - **Total de Gastos: € 16.399.503,25;-----**
 - **Resultado Líquido do Exercício: € - 190.024,32;-----**
 - **Desempenho Orçamental:-----**
 - **Saldos iniciais:-----**
 - **Operações Orçamentais: € 3.460.941,42;-----**
 - **Operações de Tesouraria: € 438.300,79;-----**
 - **Recebimentos:-----**
 - **Operações Orçamentais: € 16.708.875,62;-----**
 - **Operações de Tesouraria: € 71.039,36;-----**
 - **Pagamentos: -----**

- Operações Orçamentais: € 15.635.217,20;-----
- Operações de Tesouraria: € 77.790,75;-----
- Saldos Finais:-----
- Operações Orçamentais: € 4.534.599,84;-----
- Operações de Tesouraria: € 431.549,40.-----

6. Análise e conhecimento da Certificação Legal das Contas e Relatório do Auditor Externo;-----

7. Análise e votação de Proposta de Alteração da Tabela de Taxas e Outras Receitas;---

8. Análise e votação da Terceira Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2026;---

----- Assumiu a presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, senhor Augusto Braga, tendo o senhor Avelino Soares, assumido o lugar de primeiro secretário e a senhora Isménia Loureiro, o lugar de segunda secretária. -----

----- Esteve presente nesta reunião, a representar a Câmara Municipal, o senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo, acompanhado dos Vereadores Ana Genoveva Araújo, António Cunha e Diogo Carrasqueiras Pereira. -----

----- Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove, tendo sido registadas as ausências da deputada municipal Mariana Alves e dos deputados António Pires e Filipe Pires, que foram substituídos respetivamente nos termos da Lei pela deputada em substituição Ângela Soares e deputados António Caniço e Arlindo Silva. -----

----- Comprovada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o senhor Primeiro Secretário por dar conhecimento da correspondência recebida e colocado a mesma à disposição para consulta. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior, de vinte e sete de fevereiro. O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura efetiva da mesma aos membros da assembleia municipal, sendo esta aprovada por unanimidade. Logo depois e como não foi solicitada a palavra ou qualquer reparo sobre a mesma, a ata da sessão anterior foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. ----

----- Seguidamente teve início o período de antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveu-se neste período para uso da palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira. -----

- Assim sendo, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira deu início à sua intervenção nos moldes que, de seguida, se transcrevem na íntegra: -----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa-----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

Exmos. Chefes de Divisão-----

Exmos. Membros da Assembleia Municipal, caros colegas e demais elementos aqui presentes-----

Boa noite! -----

Não podemos ignorar a realidade que nos rodeia, e os números falam por si. Assistimos nos últimos anos a um decréscimo do número de alunos no AETB, fruto da baixa natalidade que não só se verifica no nosso concelho, como em todo o país. Este baixo número de alunos, condiciona a abertura de algumas respostas educativas, - recordo que o JI de Carvalheira fechou por ter um número insuficiente de alunos para garantir a melhor qualidade desta resposta educativa, uma decisão difícil, no entanto, muito consciente do que seria melhor para as nossas crianças. Assumiu-se o compromisso de em 3 anos o espaço do JI não ser ocupado com outra resposta, na expectativa de ser possível voltar a abri-lo. Pois bem, este ano letivo, o JI de Carvalheira poderá reabrir. O AETB prevê duas salas de EPE em Moimenta, 1 em Chorense e 1 em Carvalheira. E quem conhece este espaço, sabe que tem tudo para ser um espaço de excelência para o salutar desenvolvimento das crianças, tem salas amplas, tem um espaço verde de recreio considerável e um parque infantil, não foram e certamente não serão, as condições do edifício o entrave para esta abertura. Enquanto presidente da junta fico extremamente satisfeita com esta possibilidade. É preciso coragem para tomar decisões difíceis, mas também é preciso muita coragem para não desistir do que acreditamos ser possível. -----

Mas o baixo número de crianças e consequentemente de alunos, também condiciona a abertura de outras respostas educativas, como o ensino secundário e o ensino profissional. Um problema do qual, creio que todos os presentes estão conscientes. Enfrentamos a ameaça real de não termos alunos suficientes para manter o ensino secundário em Terras de Bouro - uma realidade com a qual não podemos condescender. Pese embora o trabalho da escola, da qualidade do ensino, de tudo o que o município proporciona à educação e do trabalho do SPO no que diz respeito à orientação vocacional - com a implementação de programas de orientação vocacional e profissional, reuniões com pais e encarregados de educação e promoção de atividades, tais como a visita à QUALIFICA - o maior evento da zona norte dedicado à educação, formação e juventude. Na verdade, apesar de todas estas ações, tem sido difícil inverter esta tendência, mas difícil não é impossível. Face a esta situação que nos deve preocupar a todos, convido-vos a fazer uma reflexão sobre esta situação e sobre o que cada um de nós pode fazer no âmbito dos vários papéis que desempenha. -----

É precisamente perante este cenário desafiante, que a postura do Presidente da Câmara se agiganta! Alguns, poderiam olhar para a redução de alunos como um pretexto para o desinvestimento, de desistência... O Presidente da Câmara, como já nos tem habituado noutras situações, vai sempre mais longe. A medida de apoio para a carta de condução aos alunos que concluem aqui o ensino secundário é dizer aos nossos jovens: "Tu és importante, tens aqui reunidas todas as condições para um futuro de excelência, e o teu esforço aqui vale a pena, queremos que fiques connosco e investimos em ti". -----

Esta não é apenas uma medida de apoio social, é um investimento estratégico no nosso concelho! Muito tenho lido e ouvido acerca desta medida, e tendo a discordar com algumas das coisas insensatas que são proferidas e escritas... lamento que nem todos tenhamos a mesma intenção relativamente ao futuro do nosso concelho. Já percebi que ser natural ou residente não confere de forma inata amor a esta terra, muito menos vontade de superação... -----

Na minha opinião, esta medida demonstra uma visão clara - os nossos jovens são o nosso maior ativo!! Apostar em todas as respostas que lhes digam respeito é um investimento certo no futuro! É talvez o investimento com maior retorno! -----

Fechar o ensino secundário no concelho de Terras de Bouro, é uma realidade que não queremos enfrentar, é um desafio que queremos estar prontos a enfrentar e superar. -

Esta medida, demonstra que o município não se retrai, pelo contrário, procura soluções e motivações acrescidas. Esta medida não é propaganda, muito menos campanha eleitoral, é política social de proximidade, feita por quem conhece bem a realidade e se preocupa com o futuro e a sustentabilidade de uma rede escolar e consequentemente de um concelho! -----

O Município mantém preocupação com todas as questões da educação, nomeadamente no que diz respeito às AECS, que não tendo este ano letivo corrido da melhor forma, o presidente da câmara tomou a iniciativa de liderar este processo, com o objetivo de proporcionar a melhor resposta às nossas crianças e consequentemente às famílias, pois esta são fundamentais na conciliação da vida familiar e laboral. -----

Aguardo com expectativa as medidas que tomará no próximo ano letivo por forma a garantir a melhor resposta possível. -----

Muito obrigada! -----

Fim da transcrição da intervenção da senhora Filipa Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira. -----

Seguiu-se logo após a primeira intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal. Assim e depois dos cumprimentos iniciais a todos, o Senhor Presidente começou por aludir à importância desta assembleia pela aprovação da prestação de contas relativa a 2025. Relativamente à intervenção da senhora Filipa Moreira, Presidente da Junta de

Freguesia de Carvalheira, o Senhor Presidente agradeceu a mesma e sublinhou que e cita-se: “a Educação é um investimento no futuro de todos e da comunidade, já que a capacidade dos nossos alunos é igual à dos outros num ensino que é de qualidade e que também contribuirá para termos mais população”, fim de citação. Ainda sobre este assunto, o Senhor Presidente aludiu ao facto do anterior Executivo ter fechado a escola de Valdosende, não por falta de alunos, mas “por troca de um investimento em Rio Caldo” e igual situação aconteceu em Souto, referiu também. Já em Carvalheira tivemos que tomar uma decisão difícil em articulação com o Agrupamento de Escolas e o Conselho Municipal de Educação, mas em nome da melhor pedagogia para os alunos optou-se por trazer os alunos para Moimenta. “Nós temos um programa eleitoral para cumprir”, frisou o Senhor Presidente ao contrário de outros que tomam medidas avulsas. Nesse âmbito, adquirimos terrenos para construção de novas valências e se os pais optam por matricular os filhos em diferentes locais, aí a responsabilidade é do agrupamento e dos próprios pais, já que a câmara municipal procurará sempre criar as melhores condições para todos, seja qual for o local do concelho. Relativamente ao ensino secundário, que não podemos perder, a Carta Educativa trará novas informações, pois é uma ferramenta importante para percebermos o número de alunos inscritos. Ainda nesta temática, o Senhor Presidente disse que as AEC’S foram da responsabilidade do Agrupamento, por estabelecimento de protocolo, e não correu bem, estando agora o município a decidir a abertura de concurso para contratação de técnicas, isto segundo indicação das necessidades por parte do Agrupamento, concluiu nesta fase o Senhor Presidente. -----

----- Sem mais intervenções requeridas, passou-se logo de seguida, ao período de intervenção do público, mas nenhum dos presentes solicitou também a palavra. -----

----- Assim sendo, a sessão entrou logo depois na ordem de trabalhos da qual constaram os seguintes pontos: -----

1.Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do n.º 2, do art.º 25, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;-----

2.Análise e votação de Proposta de criação do Conselho Municipal da Educação de Terras de Bouro para o quadriénio 2026/2029;-----

3.Análise e votação do contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências de Autoridades de Transportes entre a CIM do Cávado e o Município de Terras de Bouro;-----

4.Análise e conhecimento do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição 2025;-

5. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e vinte e cinco que apresentam os seguintes factos mais relevantes:-----

- **Total do Ativo: € 47.584.412,31;-----**
- **Total do Património Líquido: € 39.350.369,23;-----**
- **Total do Passivo: € 8.234.043,08;-----**
- **Total de Rendimentos: € 16.209.478,93;-----**
- **Total de Gastos: € 16.399.503,25;-----**
- **Resultado Líquido do Exercício: € - 190.024,32;-----**
- **Desempenho Orçamental:-----**
- **Saldos iniciais:-----**
- **Operações Orçamentais: € 3.460.941,42;-----**
- **Operações de Tesouraria: € 438.300,79;-----**
- **Recebimentos:-----**
- **Operações Orçamentais: € 16.708.875,62;-----**
- **Operações de Tesouraria: € 71.039,36;-----**
- **Pagamentos: -----**
- **Operações Orçamentais: € 15.635.217,20;-----**
- **Operações de Tesouraria: € 77.790,75;-----**
- **Saldos Finais:-----**
- **Operações Orçamentais: € 4.534.599,84;-----**
- **Operações de Tesouraria: € 431.549,40.-----**

6. Análise e conhecimento da Certificação Legal das Contas e Relatório do Auditor Externo;-----

7. Análise e votação de Proposta de Alteração da Tabela de Taxas e Outras Receitas;-----

8. Análise e votação da Terceira Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2026; -----

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que iniciou a sua intervenção na ordem de trabalhos, abordando os seguintes assuntos: a criação, em estudo, de uma Santa Casa da Misericórdia em Terras de Bouro; a não existência de contributos por parte do Partido CHEGA para o orçamento de dois mil e vinte e seis; recebemos em Terras de Bouro duas delegações de deputados da Assembleia da República, uma do PSD e outra do PS com disponibilidade total para o efeito; está a decorrer até dia 30 de abril o prazo para apresentação das candidaturas para a recuperação das casas florestais, Parque do Vidoeiro e outras estruturas do ICNF abrangidas; iremos proceder à limpeza e melhoramento de caminhos florestais com a

utilização de uma máquina de rastos específica; relativamente à obra do centro de saúde em Rio Caldo irá ser assinado a 30 de abril o auto para consignação da obra que orçará um valor próximo dos 500 mil euros, sendo que, igual procedimento irá acontecer para o novo pavilhão municipal e para a Ecovia de Souto; iremos proceder à aquisição de viaturas cem por cento elétricas para a recolha de resíduos e à requalificação do Salão Nobre Municipal. O Senhor Presidente aludiu ainda: à importante presença de Terras de Bouro na BTL; à abertura do concurso para a requalificação da estrada entre o Alqueirão e a Vila do Gerês; à reunião que irá decorrer em breve com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) para a criação do Plano Especial de Ordenamento da Albufeira de Vilarinho das Furnas; à preparação da época dos fogos florestais com campanhas de sensibilização e distribuição de kits; à requalificação de edifícios municipais no âmbito do programa da eficiência energética; à realização do Festival das Caminhadas, dando os parabéns à organização; à abertura festiva deste fim de semana da época termal, aqui na vila do Gerês; às reuniões sectoriais sobre o PDM, com o processo a concluir em breve e de como irá decorrer a 18 de maio uma reunião com o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território sobre este assunto onde não abdicaremos das nossas pretensões, pois há 14 anos que esperamos por esta revisão; ao aumento sobre a comparticipação no valor da medicação; no Auditório Municipal, realizou-se a fase municipal do Concurso Intermunicipal de Leitura do Cávado, na qual participaram 20 alunos; o Município de Terras de Bouro marcou presença na XXI Edição da Feira de Nanterre, em França, onde se disponibilizou um conjunto de produtos típicos locais de modo a promover junta das comunidades e portuguesas e francesas, o que de melhor se produz no nosso concelho; às atividades do Projeto Bem Envelhecer; ao Protocolo com a Empresa das Águas do Gerês; à implementação de um loteamento na Ermida com cerca de oito mil metros quadrados; à instalação de mais postos de carregamento elétrico; ao ponto de situação sobre a criação da polícia municipal e de uma reunião a haver com o Ministro da Administração Interna sobre esta matéria; à requalificação das vias nacionais e de como a zona de Covide será abrangida por esta obra, já que a variante à curva do Eiras será uma realidade, tendo ainda o Senhor Presidente realizado um diagnóstico rodoviário com a apresentação do projeto de intervenção na EN-205 -3 e EN-304.-----

----- Por último, neste ponto, o Senhor Presidente informou ainda que, à data, o saldo em operações orçamentais era de 4.534.599,84€ euros e no campo da despesa o valor era de 4.487.455,47€ euros -----

----- Sobre este ponto inicial da ordem de trabalhos, nenhum dos membros da assembleia municipal solicitou a palavra. -----

----- Posteriormente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o segundo ponto “Proposta de criação do Conselho Municipal da Educação de Terras de Bouro para o quadriénio 2026/2029” e passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que, relativamente a este ponto disse o seguinte: “Considerando que o Conselho Municipal de Educação é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo e que compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, nos termos propostos pela Câmara Municipal, propomos que o Conselho Municipal de Educação de Terras de Bouro para o quadriénio de 2026 a 2029 passe a ter constituição da proposta anexa a esta reunião e da qual se deu conhecimento prévio a todos os elementos desta assembleia”, concluiu sobre este ponto o Senhor Presidente.-----

----- Sem intervenções requeridas e colocado logo a seguir à votação, foi aprovado o segundo ponto por unanimidade. -----

----- Continuando a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o terceiro ponto “Contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências de Autoridades de Transportes entre a CIM do Cávado e o Município de Terras de Bouro” e o Senhor Presidente interveio para apresentar a Proposta de Aprovação do contrato supra, documento anexo a esta reunião e do qual se deu conhecimento prévio a todos os elementos desta assembleia, concluiu sobre este ponto o Senhor Presidente.-----

----- Sobre este ponto não aconteceram intervenções e dado que assim foi, foi imediatamente colocado à votação o terceiro ponto e aprovado por unanimidade. -----

----- Seguiu-se o quarto, ponto, “Análise e conhecimento do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição 2025”, com o senhor Presidente da Assembleia Municipal a conceder a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que sobre o mesmo afirmou o seguinte: “A Lei n.º 24/98, de 26 de maio, aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, assegurando às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática, no caso concreto das Autarquias, perante os respetivos Órgãos Executivos. Nos termos do artigo 2.º do referido diploma, entende-se por oposição a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos executivos. Tal atividade

materializa-se nos seguintes direitos: direito à informação, direito de consulta prévia sobre as propostas de orçamento e planos de atividades, direito à participação e direito de depor. Durante o período abrangido pelo presente relatório, os titulares do direito de oposição do Município de Terras de Bouro foram regularmente informados pelo órgão executivo, tanto de forma escrita como verbal, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse municipal, nas reuniões da Câmara Municipal e nas sessões da Assembleia Municipal. Sempre que solicitada, foi prestada informação a todos os eleitos da Assembleia Municipal, nas respetivas sessões. Em todas as reuniões da Câmara Municipal foi facultada informação dos processos despachados no âmbito das competências delegadas, nos termos do artigo 34.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Face ao exposto, pode concluir-se que, durante o ano de 2025, a Câmara Municipal de Terras de Bouro promoveu o cumprimento integral dos direitos e garantias dos titulares do direito de oposição, em conformidade com o quadro legal aplicável” finalizou o Senhor Presidente sobre este ponto.-----

----- Sobre este ponto e dado conhecimento, ninguém usou da palavra.-----

----- Continuando a sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o quinto, ponto, **“Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e vinte e cinco”** e passou imediatamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por sublinhar e cita-se” que este plano reflete a nossa ação em prol de todos e de como apresentamos contas de tudo o que fazemos, sempre assim foi e sempre assim será”, fim de citação. Reiterou ainda a importância da alteração prevista à Lei de Financiamento das Autarquias Locais e manifestou o seu agradecimento aos colaboradores municipais, peça-chave na concretização deste plano. Mais afirmou o Senhor Presidente que o Partido Social Democrata (PSD) se pode orgulhar do trabalho que tem realizado à frente dos destinos desta câmara municipal, pois e cita-se novamente “desde que aqui chegamos o orçamento municipal praticamente duplicou de valor”, fim de citação. De seguida o Senhor Presidente procedeu à apresentação pormenorizada dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e vinte e cinco, conforme os factos mais relevantes já aqui referidos na ordem de trabalhos e do documento completo do qual se deu conhecimento prévio a todos os elementos desta assembleia. -----

----- Aberto o período de inscrições, seguiram-se as intervenções do senhor deputado José Carlos da Rocha Dias e do primeiro secretário da mesa, senhor Avelino Soares sobre o quinto ponto. -----

----- Assim sendo, o senhor deputado José Carlos da Rocha Dias deu início à sua intervenção nos moldes que, de seguida, se transcrevem:-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

Senhor Presidente da Câmara,-----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,-----

Caro público-----

A apresentação da prestação de contas de 2025 não é apenas um exercício contabilístico. É, acima de tudo, um momento de avaliação, de balanço do trabalho realizado e de afirmação de um rumo seguido.-----

Este relatório demonstra que estamos perante uma gestão financeira sólida, que não sacrifica o amanhã em nome do imediato. Pelo contrário, cada decisão foi tomada com o objetivo claro do desenvolvimento do nosso concelho e melhorar a qualidade de vida e criando condições de fixação de pessoas. Importa também destacar o trabalho de proximidade. Este Executivo não governa isolado — governa em colaboração estreita com as Juntas de Freguesia, que são o primeiro rosto junto das populações. Trabalhou em parceria com as associações e instituições do concelho — e isso está patente nos apoios às: associações culturais, desportivas, Bombeiros, Delegações da Cruz Vermelha, IPSS (e não são poucas) e tantas outras instituições. Este Executivo reconhece o seu valor e tem sabido trabalhar em parceria com elas. -----

Ao nível do investimento, os resultados são bem visíveis. -----

Destaca-se a forte aposta na rede viária, como a requalificação da estrada municipal entre a sede do concelho e Souto, a intervenção na estrada da Corujeira em Rio Caldo, a 3ª fase dos passeios em Vilar da Veiga, a 3ª fase da Ecovia do Homem. Requalificação da praia do Alqueirão, o aproveitamento das antigas casas florestais, que estavam ao abandono e que hoje ganham nova vida. -----

No setor da água e saneamento, estamos perante um investimento estruturante, com a requalificação de reservatórios, redes de abastecimento e estações de tratamento, bem como um ambicioso projeto de expansão da rede no valor de cerca de 12 milhões de euros.-----

Na área da saúde, este Executivo deu passos decisivos: com o projeto de requalificação da Extensão de Saúde de Rio Caldo e com a elaboração do projeto da Unidade de Cirurgia de Ambulatório em Moimenta, aproximando cuidados de saúde essenciais das populações.-----

Mas este Executivo não se limita a investir — também promove o concelho. A presença em certames turísticos como a FITUR, em Madrid, e a BTL, em Lisboa, bem como a dinamização de caminhadas e festivais, são prova de uma estratégia ativa de valorização e promoção de Terras de Bouro. -----

Tudo isto só é possível porque existe uma gestão eficiente e uma forte capacidade de arrecadação de receita. -----

Os números são claros: em 2025, o Município arrecadou mais de 20 milhões de euros, o que representa um crescimento de cerca de 10% face a 2024. E se recuarmos a 2021, vemos que a receita rondava os 13 milhões de euros, percebe-se bem o caminho que está a ser feito. -----

Importa ainda sublinhar que o orçamento inicial para 2025 era de 17 milhões de euros. O facto de termos atingido valores superiores a 20 milhões demonstra não apenas capacidade de execução, mas também ambição e competência na captação de recursos.-----

E há um dado político que não pode ser ignorado: os terrabourenses reconheceram este trabalho.-----

O resultado das eleições autárquicas do passado mês de outubro é a prova clara de que este Executivo está no bom caminho, de que as políticas implementadas têm correspondência na confiança da população.-----

Esta prestação de contas mostra um concelho que avança, um Executivo que cumpre e uma estratégia que dá resultados.-----

Por tudo isto, a bancada do PSD votará favoravelmente este relatório, reafirmando a sua confiança no trabalho desenvolvido e no futuro de Terras de Bouro. -----

Muito obrigado.-----

---- Fim da transcrição da intervenção do senhor deputado José Carlos da Rocha Dias.----

----- Seguiu-se a intervenção do senhor primeiro secretário da mesa, Avelino Soares que começou por referir a sua alegria pela requalificação da EN – 307, já que acompanhou de perto o processo que originou este desfecho, elogiando uma vez mais a dinâmica e a tenacidade do senhor Presidente da Câmara Municipal. Já sobre o quinto ponto da ordem de trabalhos, o senhor Avelino Soares interveio nos moldes que, de seguida, se transcrevem:-----

Ex.mº Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

Ex.mº Senhor Presidente da Câmara-----

Ex.mª Secretária, Dr.ª Isménia Loureiro e Dr. Paulo Morgado-----

Ex.mº Senhor Vereador Dr. António Cunha, Dr. Diogo Carrasqueira e Dr.ª Ana Genoveva.-----

Digníssimos membros desta Assembleia.-----

Ex.mºs Chefes de Divisão (Dr. Cristóvão e Dr. Paulo Antunes)-----

Ex.mº Público Presente-----

----- A análise das contas municipais referentes ao ano de 2025 permite-nos afirmar, com



segurança, que estamos perante uma gestão rigorosa, transparente e responsável. ---
Num contexto exigente, marcado por um volume significativo de investimento em obras e infraestruturas, o município conseguiu manter um equilíbrio financeiro sólido, o que demonstra uma governação assente em critérios de prudência e sustentabilidade. De facto, apesar das múltiplas intervenções realizadas no território — fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das populações e para o desenvolvimento local — não se verificou qualquer descontrolo das contas públicas. Pelo contrário, os indicadores financeiros evidenciam uma gestão cuidada dos recursos disponíveis, garantindo que o investimento não compromete o futuro. Um dos aspetos mais relevantes prende-se com a capacidade de endividamento. Estando o município autorizado a recorrer até cerca de 16 (dezassex) milhões de euros, verifica-se que apenas foram utilizados cerca de 4 (quatro) milhões. Este dado é particularmente significativo, pois revela não só contenção, mas também uma estratégia consciente de não sobrecarregar as finanças municipais, preservando margem para responder a necessidades futuras.-----

----- De 2018 (dois mil e dezoito) a 2025 (dois mil e vinte e cinco), convém realçar, foram amortizados mais de 3 (três) milhões de euros.-----

----- Por outro lado, importa olhar com responsabilidade para a rubrica das despesas com pessoal, que ascende a cerca de 6 (seis) milhões de euros. Longe de representar um encargo excessivo, este valor deve ser entendido como um investimento no capital humano do município. São os trabalhadores que garantem o funcionamento dos serviços, a proximidade às populações e a concretização das políticas públicas. Assim, a contratação e a consolidação de postos de trabalho refletem uma aposta no social, na estabilidade e na qualidade dos serviços prestados.-----

----- Neste enquadramento, podemos afirmar que estamos perante uma gestão equilibrada: investe-se onde é necessário, controla-se o endividamento e valoriza-se quem trabalha diariamente em prol da comunidade.-----

----- Em conclusão, esta prestação de contas, assenta, no meu ponto de vista, em três vetores essenciais:-----

- **Rigor e transparência**, evidenciando a confiança que os munícipes podem ter nas contas apresentadas; -----
- **Equilíbrio entre investimento e sustentabilidade**, mostrando que é possível fazer obra sem comprometer o futuro;-----
- **Valorização das pessoas**, assumindo que investir nos recursos humanos é investir no bem-estar coletivo.-----

Por isso, posso expressar toda a minha confiança no trabalho desenvolvido por este Executivo, liderado pelo incansável Presidente Manuel Tibo, a quem digo: -----

Obrigado senhor Presidente.-----

Fim da transcrição da intervenção do primeiro secretário da mesa, senhor Avelino Soares. -----

----- Sobre estas duas intervenções, o senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para agradecer ambas e sublinhar o lema “Sempre Por Terras de Bouro, de Alma e Coração”.-----

----- Colocado de seguida à votação, o quinto ponto, “Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e vinte e cinco” foi aprovado por maioria com quatro(4) votos de abstenção, três(3) do Partido Socialista(PS) e uma(1) do partido CHEGA.-----

----- Seguiu-se a apresentação do sexto ponto “**Análise e conhecimento da Certificação Legal das Contas e Relatório do Auditor Externo**”, documento do qual se deu conhecimento prévio a todos os elementos da assembleia e onde consta, como referiu o Senhor Presidente, a opinião da auditoria nos seguintes termos:” (...), exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Terras de Bouro em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas”.-----

----- Sem intervenções requeridas, foi assim dada como conhecida. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou logo depois o sétimo ponto “**Análise e votação de Proposta de Alteração da Tabela de Taxas e Outras Receitas**”, justificando o senhor Presidente da Câmara Municipal a Proposta de Alteração, documento do qual se deu prévio conhecimento a todos os membros desta assembleia, assim como o devido enquadramento legal para o efeito. Ainda sobre este tema, o Senhor Presidente referiu uma reunião havida com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) relativamente aos custos de utilização na Praia do Alqueirão, assim como o procedimento para concessão de espaços dos operadores turísticos, algo que poderá levar a nova alteração da tabela de taxas em breve ou logo que possível, finalizou sobre este ponto.-----

----- De imediato se passou à votação deste ponto, sendo provado por maioria com uma(1) abstenção do partido CHEGA.-----

----- Seguidamente e por último, introduziu-se o oitavo ponto “Análise e votação da Terceira Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de 2026” com o senhor Presidente da Câmara Municipal a intervir para apresentar e explicar a Proposta da

terceira(3ª) revisão aos Documentos Previsionais do presente ano, onde constava o seguinte:-----

----- “Desde a última revisão orçamental foram aprovadas as seguintes candidaturas:---

Designação	Investimento elegível	Comparticipação		
		2026	2027	2028
Investimento RE-C03-i02: Acessibilidades 360º N.º 2/C03-i02/2021	8.622,00	8.622,00		
Programa de Intervenção nos Edifícios Públicos POCTEP 0579 CAMINO SAN ROSENDO 1 E	39.952,39	6.654,71	20.047,59	3.261,99

----- O Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental do ano de 2025, aprovado pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 12/01/2026 e pela Assembleia Municipal, em sessão extraordinária de 12/01/2026, continha uma imprecisão que se veio a detetar em sede de apuramento das contas relativas ao exercício de 2025. Foi naquela data apresentado um saldo da gerência de 2025, de 4.520.770 €, quando na realidade o saldo das operações orçamentais da gerência do ano anterior é de 4.534.599 €, o que para a presente proposta de revisão representa um acréscimo de 13.829 €.-----

----- O somatório destas novas receitas municipais representam, no ano de 2026, um aumento do orçamento municipal de 28.805 €.-----

----- Ao nível da despesa propõe-se a distribuição daquelas receitas pelos respetivos projetos.-----

Nesta oportunidade, considerando o novo contrato de delegação de competências na CIM do Cávado, em matéria de Autoridade de Transportes é criado um novo projeto no Plano de Atividade Municipais 2026A2 - Contrato interadministrativo de delegação de competências - Autoridade de Transportes – 2028-2034, cujo impacto orçamental só se verificará a partir do ano de 2028.-----

----- Nestes termos propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a terceira revisão aos documentos previsionais para o ano de 2026, cujos respetivos mapas se anexam à presente proposta e dela fazem parte integrante.-----

----- O valor do Orçamento Municipal para o ano de 2026 passará a apresentar um valor global de 29.195.506 €.”, finalizou sobre este assunto o Senhor Presidente.-----

----- Aberto o período de inscrições, nenhum dos presentes requereu a palavra, sendo assim o oitavo ponto aprovado por unanimidade.-----

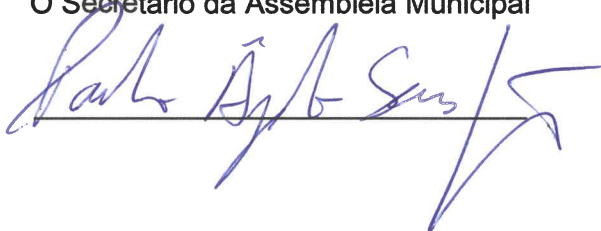
----- Neste período final, o senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para apelar à participação já este fim-de-semana na abertura da época termal aqui na Vila do Gerês, é importante que dinamizemos a economia e a cultura do nosso concelho, frisou também. -----

---- Findo este período, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal reforçou o apelo do Senhor Presidente relativamente ao evento deste fim de semana e deu por encerrada a sessão, fechando logo após os trabalhos pelas vinte e três horas. Da mesma se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke, positioned above a horizontal line.

O Secretário da Assembleia Municipal

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulo Aguiar Silva', positioned above a horizontal line.